



**AMAZÔNIA NO PLURAL: RELIGIÕES,
FRONTEIRAS E IDENTIDADES**

I SIMPÓSIO NORTE DA ABHR
IX SEMANA DE HISTÓRIA DO CESP/UEA
I FAZENDO ARTE NORTE

PARINTINS: PALCO DE GUERRAS TRIBAIS

GT 12: COMUNICAÇÕES LIVRES

Max Deulen Baraúna Nogueira¹

¹ Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde também é aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História. E-mail: maxdeulen@hotmail.com.

Introdução

Ilha de Las Picotas (Parintins)

Na Amazônia colonial, a ilha de Parintins foi palco de várias guerras intertribais e vários povos indígenas habitaram essa ilha e viveram nela, como nos conta o diário de Carvajal, frade dominicano que acompanhava a viagem do capitão espanhol Francisco Orellana, hoje exposto no museu de Madri que relata passagem por um povoado, e que viram às margens do mesmo rio, estacas com cabeças de índios secas e espetadas. Deram ao povoado o nome de *Las Picotas*, e logo depois, passavam pela serra de Parintins que denominaram de *Sierra Grand* (Serra Grande) em 23 de junho de 1542, véspera de São João.

Essa é a primeira vez que se fala na ilha, outros padres só que da Companhia de Jesus, chamado Cristóbal de Acunã e Andrés de Artieda que tinha a qualidade e a devida autoridade em nome do Rei Filipe IV da Espanha de serem as testemunhas oculares das informações coletadas do longo trajeto acerca da região percorrida, seus habitantes e suas riquezas na companhia do Capitão-Mor Pedro Teixeira nos conta que:

As vinte e oito léguas da boca deste rio, seguindo-se sempre pela mesma banda sul, há uma formosa ilha que tem sessenta léguas de comprimento e, conseqüentemente, mais de cem de circunferência, toda povoada pelos valentes Tupinambás, gentio que, após a conquista do Brasil, em terras de Pernambuco, há muitos anos, saiu derrotada, fugindo do rigor com que os portugueses o sujeitavam. Saíram em tão grande número, que, despoando ao mesmo tempo oitenta e quatro aldeias onde viviam, não restou sequer que não trouxessem consigo (ACUÑA, 1641, p. 148).

A ilha já era conhecida no mundo, quase 100 anos depois do primeiro relato, ora por suas paragens e belezas naturais, ora por suas tribos, muitos desses que por sinal sucumbiram, desapareceram, ou foram exterminados sem dúvida, a história nos mostra que os índios têm sido os conquistados, e os brancos, os conquistadores. Esta mesma história é que é sempre contada pelos vencedores. A verdade do derrotado não é ouvida, muito menos lida, já que, via de regra, não existia a escrita entre os nativos.

A cidade de Parintins recebe esse nome em alusão que num passado, a tribo indígena Parintintins habitavam suas serras no século XVIII como nos conta Tonzinho Saunier (2003), historiador autodidata e filho da terra, falecido em 1999:

É sabido, com certeza, que em nossa ilha, habitavam primeiramente os Mundurucu, Maué e Sapupés e depois Uapixaas, Crixanás e Peruvianas, estes três últimos, vindos das regiões

do Rio Branco, por medidas punitivas. Os Parintintins habitavam o Rio Madeira e andava por toda Amazônia, guerreando, roubando mulheres de outras tribos, saqueando e no século XVII estiveram temporariamente na Serra de Parintins, de onde voltaram para o lugar de origem, Rio Madeira, onde hoje ainda vivem em numero reduzido (188 índios, segundo informações de Pinon Friaes no Livro Kararaô, pag. 27). O maior conhecedor dos costumes dos Parintintins foi o Antropólogo teuto-brasileiro, Kurt Nimuendajú Unkel, assassinado no igarapé da Rita no Rio Madeira em 1945, depois de tê-los pacificados. (SAUNIER, 2003, p. 15).

Nesse sentido, várias tribos habitavam essa ilha dentre elas os próprios Parintintins, os Muras, os Mundurucus, os Saterê Mawê, os Araras, os Sapupés, os Apiakás e vários outros. E foi através dessas lutas que essas guerras potencializaram a qualidade da resistência indígena aos meios empregados perante conquistação portuguesa, da ocupação e da dominação colonial no território amazônico.

O que nos intriga é o porquê que tem tanta tribo inimiga convivia num mesmo local? Uma explicação vem do que escreveu Baena (apud Bernadino de Souza, 1873) sobre as tribos mencionadas na Ilha de Parintins.

É muito rica em madeiras da melhor qualidade, sobresaindo entre todas a bella Muirapinima. Dizem que há também ali Páo-Brasil; entretanto nenhum dado seguro há para poder asseverar a sua existência. (BAENA, 1893, p. 36).

Outra crença que une as tribos no mesmo local, são seus ritos, suas crenças e suas religiões serem quase iguais, principalmente no que tange, os ritos de iniciação dos meninos onde alcançam a fase adulta, onde possam ser chamados de guerreiros.

Realmente Parintins tem algo especial, para os Tupinambás, Parintins era o paraíso, a o verdadeiro Guajupirá é onde o espirito voa para além das Serras para se encontrar com os antepassados. Florestan Fernandes (1989) diz que: A Serra de Parintins, localizada nas proximidades da ilha, adquire sentido por ser a Serra vista como morada dos supostos antepassados ou ancestrais dos parintinenses, pois se acreditava ser ali o lugar onde tudo começou, inclusive o início das primeiras genealogias.

Justificativa

As guerras tribais sempre estiveram motivando as sociedades tribais, que se apoiavam numa lógica de guerra para explicar a necessidade do empreendimento belicoso. Como cada tribo, de modo geral, percebia todas as outras como inimigas e, portanto, como potenciais opressores, justificam os ataques preventivos contra elas pelas ameaças que óbvia e invariavelmente constituíam.

Segundo Marvin Harris observou que:

Os grupos que adotaram instituições de controle de crescimento sobreviveram por mais tempo do que aqueles que deixaram ultrapassar sua capacidade limite de sustentação. As guerras primitivas não resultam de caprichos, nem de necessidades instintivas; são simplesmente um dos mecanismos de regulação que ajudam a manter as populações humanas num estado de equilíbrio ecológico, com respeito aos seus territórios. (...) A guerra primitiva [é] um mecanismo de adaptação ecológica” (HARRIS, 1978, p. 58-59).

Florestan Fernandes, entre outras razões, não deixa de apontar também a questão ecológica como fator importante para os conflitos belicosos envolvendo os Tupinambá. “Em virtude dos conhecimentos que possuímos sobre as formas de adaptação dos Tupinambá ao meio natural circundante, sabe-se que a guerra desempenhava um papel relevante na estratégia tribal da luta pela vida”.

As diferentes tribos indígenas que habitavam a Ilha de Parintins se viam como inimigas, portanto, como potenciais agressoras, de modo que invariavelmente uma delas tomava a iniciativa para a realização de “ataques preventivos” contra outra.

Segundo à filosofia de Thomas Hobbes, superficialmente condensada na ideia da “guerra de todos contra todos” que teria prevalecido no estado de natureza, ao aludir aos confrontos indígenas movidos pelo medo do ataque preventivo que um grupo pode sempre sofrer.

O medo de serem atacados, faz com que as tribos ocasionalmente desferem ataques preventivos, o que dá às outras aldeias boas razões para empreenderem seus próprios ataques preventivos e impele grupos de aldeias a formar alianças que deixam seus vizinhos mais nervosos (PINKER, p. 439).

Justificativas morais como essas alicerçavam as guerras intertribais, implicando uma “reciprocidade belicosa” que na prática significava uma situação de conflito permanente. Daí as guerras indígenas constituírem sempre um ingrediente importante, senão, fundamental da vida primitiva.

Segundo Florestan Fernandes (1949) a vingança é a causa da guerra para o Tupinambá. Sua finalidade seria o aprisionamento de inimigos para o sacrifício ritual e a antropofagia cerimonial.

A justificativa desse relato de pesquisa é mostrar que as tribos mais belicosas, mesmo perecendo no tempo, continuam vivas como as tribos indígenas Mura, Mundurucus, Sateré e Parintintins e que ainda habitam a mesma ilha que foi palco de lutas e guerras de séculos e séculos

atrás. Como elas sobreviveram? Mesmo sendo massacradas por tribos inimigas como os Tupinambás e pelo conquistador português?

Objetivos

Investigar documentos historiográficos a respeito do assunto através de uma pesquisa exaustiva, numa quantidade de textos, que exploram o conjunto de temas interligados nesse empreendimento teórico relacionados as tribos indígenas que habitavam a ilha de Parintins.

Objetivos específicos

Analisar os textos, teses e dissertações científicos, etnológicas e antropológicas referentes aos estudos sobre as tribos indígenas Muras, Mundurucus, Sateré e Parintintins para fornecerem suporte a dissertação da pesquisa.

Discussão bibliográfica

O propósito da pesquisa é aprofundar e analisar a função social da guerra através das obras de Florestan Fernandes em *Organização Social dos Tupinambá*, “A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade tupinambá” e “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”, Alfred Mètraux, com o livro “A Religião dos Tupinambá” e Carlos Fausto com “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá”, através do estudo do fenômeno da guerra para explicar as guerras inter-tribais na ilha de Parintins.

Utilizando a discussão teórica do funcionalismo como teoria para tentar explicar a dinâmica do comportamento social humano sobre as guerras tribais amazônicas. Anthony Giddens argumenta que explicações funcionalistas podem todas ser reescritas como descrições históricas de ações e consequências humanas individuais.

Nesse sentido a guerra é a forma mais grave de conflito sócio-político entre dois ou mais grupos. É talvez um dos mais antigos de todas as relações internacionais, mesmo se tornasse um fenômeno especialmente com o início das civilizações é o confronto organizado de grupos armados humanos, com o objetivo de controlar humanos ou recursos naturais ou desarmamento, submissão e, se for caso disso, destruição do inimigo, são produzidos por várias causas, entre os quais tendem a ser a manutenção ou substituição das relações de poder, resolver econômicos ou territoriais.

De acordo com Richard Holmes, a guerra é uma experiência universal, compartilhada por

todos os países e todas as culturas. De acordo com Sun Tzu, "a guerra é o maior conflito do Estado, a base da vida e da morte, o Tal da sobrevivência e extinção.

Portanto, é imperativo para estudá-lo profundamente. "De acordo com Karl von Clausewitz, a guerra é "a continuação da política por outros meios".

Maneiras de fazer uma guerra depende de efeitos dos lutadores. Por exemplo, nas guerras romanas, cujo objetivo era expandir o Império, o principal objetivo militar eram lutadores da nação para conquistar e incorporar as pessoas ao Império.

Aristóteles dissera que a guerra só seria um meio tendo em vista a paz, como trabalho em vista da ação, tendo em conta o pensamento e de entretenimento.

Alberto Sorel escreveu: "a guerra é um ato político, pelo quais, vários Estados podem não conciliar o que eles acreditam que são suas obrigações, direitos ou interesses, recorrer à força armada para que ele decida que entre eles, sendo mais forte, pode em razão da força, impor sua vontade sobre os outros."

G.W.F Hegel escreveu: "a guerra é bela, boa, Santa e frutífera; criar a moralidade dos povos e é indispensável para a manutenção da sua saúde moral. É na guerra onde o estado é mais perto do seu ideal, porque é, em seguida, quando a vida e a propriedade dos cidadãos são mais estreitamente subordinadas à conservação da entidade comum".

Parintintins

A tribo de índios vulgarmente conhecida por Parintintin, em sua própria língua se denomina Kawahib ou Kawahíwa e significa tribos das vespas, são bastante conhecidos entre os moradores do Baixo Amazonas e são chamados de Cauahiba pelos seus inimigos, os Mundurucu.

Os Parintintins são conhecidos também por serem raptos de crianças. Para os índios Mawê todos os índios hostis são denominados Parintintins.

Curt Nimuendajú (1924) ao estabelecer contato com esta tribo guerreira, afirma que:

Esta tribo guerreira, que vivia em luta com todos, sem exceção, que não faziam parte dela, não tinha um vislumbre de respeito à vida e propriedade dos outros. Mesmo depois do início das relações pacíficas eles tem feito todo o possível para assassinar ao menos um de nós, e até por último, não me parecia recomendável que qualquer de nós se entregasse só nas suas mãos. Ao lado dos bons elementos da tribo existem valentões e desordeiros em bom número, às vezes mal quistos pelos seus próprios companheiros mais acomodados sendo, em geral, a mocidade turbulenta, presumida e desrespeitadora. Dentro da própria tribo fazem se sentir os efeitos desta falta de respeito à vida e propriedade alheia.

Nunca pude ver um Parintintin que apresentasse um ferimento, velho ou novo, produzido por arma de fogo. Só vi dois indivíduos flechados pelos Múra-Pirahá : mas contei bem uma duzia que tinha sido ferida em luctas contra os proprios companheiros. Que elles nestas luctas chegam até ao homicidio, acho muito provavel. Muitas vezes os bandos pareciam hostis uns aos outros e, quando se encontravam no posto, davam-se quasi sempre entre os mesmos disputas calorosas e ameaças com furiosos gritos de guerra. Promptamente elles se pintavam com algum carvão mastigado e, depois, quando se tinha macalado os espiritos, tiravam outra vez esta pintura de guerra. Nunca os vi chegar ás vias de facto, embora certa vez um exaltado esbravejasse e gritasse: Tayukd !-Tayukd!

Para os Parintintins a guerra não é uma necessidade dura e deplorável, mas forma de esporte dos mais jovens. Na guerra os índios Parintintins não poupam a vida de ninguém, nem das mulheres, somente das crianças que eles raptam para suas tribos.

Os guerreiros mais jovens, se enfeitam com plumas e se pintam de preto, com carvão de castanha e ao atacar o inimigo eles causam pavor, como nos fala Curt Nimuendajú (1924): *Muitos pintam-se de preto, com carvão de castanha ou, de branco, com tabatinga e, quando assim pintados, com os pés afastados e o busto inclinado para a frente, esbravejam contra o inimigo, gritando, atirando e bradando as armas, o seu aspecto é tao feroz, tao horrivelmente diabolico, que facilmente se comprehende como as suas victimas, entořpecidos de espanto.*

Os Parintintins causam tremor nos inimigos e são apaixonados caçadores de cabeças dos inimigos. Fazem todo o possivel para obter o crânio do adversário, nem que este seja de uma criança, e têm até aberto sepulturas para cortar a cabeça do defunto.

Outro inimigo dos índios Parintintins são os Muras, como afirma Curt Nimuendajú (1924): *Há uns 5 ou 6 annos atraz, os Múra-Pirahá surprehenderam uma familia dos Parintintin; mataram alguns e levaram uma mulher e um menino que venderam a um dos moradores civilizados do Baixó Marmellos, em cuja' casa depois ambos morreram da grippe. Alguns destes Múra-Pirahá apresentam flechadas antigas que reéberam em encontros com os Parintintin.*

Os Parintintins vivem com receio dos ataques constante dos índios muras. Tal medo é reciproco éntre ambos um Fenômeno muito comum entre tribos de índios vizinhos.

Muras

Os Mura é a tribo mais conhecida da história colonial da Amazônia, os Muras com seus assaltos causavam medo e pavor nas missões jesuítas na Serra de Parintins, durante a segunda metade do século XVII. Em sua monografia sobre o grupo Mura, publicada em 1948, Curt Nimuendaju

afirma que esses índios foram mencionados pela primeira vez, em 1714, numa carta do padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues, da missão dos Tupinambaranas.

Segundo Curt Nimuendajú “[...] de todas as tribus da Amazônia foi esta a que mais extenso território ocupou, espalhando-se das fronteiras do Peru até o Trombetas” (Nimuendajú, 1925, p. 140).

O grupo indígena Mura pertence a uma família lingüística menor do sul do Amazonas integrada pelas línguas Mura e Pirahã (Rodrigues, 1998, p. 81). A Funai dispõe de amplo material de cunho histórico e documental a respeito dos Mura, sendo que os vários postos indígenas que atuaram, e ainda atuam, na região do estado do Amazonas foram instalados no início do século XX pelo então Serviço de Proteção aos Índios/SPI.

Os índios Mura ficaram conhecidos na bibliografia etnográfica como “corsários do caminho fluvial”. Viviam em suas próprias canoas, como se fossem suas casas, e se destacavam na resistência à ocupação pelos não índios. De acordo com o naturalista Henry Walter Bates:

[...] os Mura se tornaram uma tribo de pescadores nômades, que desconhecem a agricultura e todas as artes praticadas por seus vizinhos. Não constroem moradias sólidas e duradouras: vivem em grupos familiares isolados ou em pequenos bandos, errando de um lugar para outro ao longo das margens dos rios e das lagoas onde há mais abundância de peixes e de tartarugas. Em cada lugar onde param temporariamente, eles constroem choças provisórias à beira da água, mudando-se mais para cima ou para baixo do barranco à medida que a água sobe ou desce [...]” (BATES, 1840, p. 129-130).

Sua imagem é marcada por traços guerreiros, destemidos, conhecedores de táticas sui generis de ataque e de emboscada, o que atemorizava e lhes concedia uma enorme fama de “perigosos”, principalmente nos idos dos séculos XVII a XIX, quando impediram, por sua presença e força física, o avanço das missões, do comércio português e das ações de cunho militar na Amazônia.

Munduruku

Conhecidos como os “Espartanos da Amazônia” os Mundurucu sempre foram apontados como a grande tribo guerreira da Amazônia, desde que surgiram na história da região na segunda metade do século XVIII. Os índios Mundurucu apareceram nos registros históricos por volta de 1770, quando fizeram uma série de devastadores ataques aos povoados localizados à beira do rio Tapajós. Nessa época o território da “Mundurucânia” já era objeto de exploração de colonos luso-brasileiros e algumas aldeias missionárias já haviam sido estabelecidas pelos padres jesuítas.

O objetivo dos Mundurucu será perpetrar uma série de ataques tanto a outras tribos indígenas quanto às comunidades não-índias do vale amazônico. Mas, frequentemente elas se mantinham à caça de inimigos de outras etnias durante vários meses, período que podia chegar a um ano e meio. Essa dedicação à atividade belicosa evidencia a importância da guerra para a sociedade Mundurucu.

Sobre a estratégia bélica, Robert e Yolanda Murphy (1954) observam que o modo mais comum de ataque consistia em promover um cerco impercebido pelos inimigos à sua aldeia durante a madrugada, cujas malocas eram então alvejadas por flechas incendiárias atiradas pelos Mundurucu em suas coberturas de palha.

No mesmo sentido, Donald Horton (1948) registra que os ataques dos Mundurucu se davam ao clarear do dia com o incêndio das malocas dos inimigos por flechas incandescentes.

Por outro lado, Spix e Martius, ao discorrerem sobre a guerra praticada pelos Mundurucu, afirmam que estes “fazem incursão exclusivamente de dia, e, por isso, veem-se igualmente atacados à noite pelos belicosos Araras”. Em sua obra *Viagem pelo Brasil*, os naturalistas alemães, após extensa viagem por várias regiões do país em 1817-1819, observaram que para os Mundurucu:

A guerra é uma ocupação agradável, mais ainda do que para a maioria das tribos; tudo, desde o princípio parece calculado para eles se fazerem valer na guerra. (...). No ataque, distribuem-se os Mundurucus em extensas linhas; esperam a carga de flechas do inimigo (...) e só então desferem instantaneamente as suas flechas apresentadas pelas mulheres, quando o inimigo, em bando cerrado, já não dispõe de muita munição. (SPIX, VON MARTIUS, 1938, p. 409).

Um dos motivos para a ferocidade dos Mundurucu, sendo um ponto complexo de entendimento, e as informações evidenciam é a caça de cabeças humanas, que se revestiam do mais alto significado naquela sociedade.

Segundo Aires de Casal (1976), os Mundurucu eram chamados pelos indígenas de outras tribos de paiquicés, que significava “corta-cabeça”, prática essa de que não se tem notícia em qualquer outra tribo indígena do Brasil.

O teórico acima se confunde aqui, por que tanto índios Parintintins como índios muras, também são cortadores de cabeças. Todos os inimigos homens adultos eram mortos, enquanto as mulheres e crianças eram levadas para as aldeias Mundurucu; aquelas mais tarde se casavam com homens deste grupo, enquanto estas eram adotadas e tratadas como crianças comuns. As cabeças dos homens eram decepadas, preparadas por um processo que ficou conhecido como mumificação e, depois, mantidas como troféus de inestimável valia para os Mundurucu.

As cabeças dos inimigos – e, nesse caso, por inimigo se entende qualquer outra etnia, em particular aquele que se apropriava da cabeça do inimigo e a mantinha – depois de devidamente mumificada e enfeitada – como o mais valioso troféu que se podia exibir. Ela simbolizava o feito máximo a que qualquer homem podia aspirar, o que resultava em orgulho extremado e respeito – provavelmente também inveja – dos seus pares. O dono da cabeça – exuberante em prestígio e glória – conduzia-a frequentemente implantada numa estaca e se tornava o elemento central de uma série de festividades e cerimônias celebrantes da cabeça- troféu, que, segundo Murphy, se estendia por três estações chuvosas após a guerra em que havia sido conquistada.

O inimigo, depois de morto, tinha sua cabeça decepada pelo captor com o auxílio de uma lâmina de bambu que lhe cortava o pescoço e a vértebra. Depois, retiravam-se os músculos internos, os miolos, os olhos e a língua para se proceder à mumificação que se fazia pela exposição continuada da cabeça à fumaça do óleo de copaíba, posto a ferver e, em seguida, pela lavagem e banho em azeite de urucu. O crânio não era retirado, de modo que a peça mantinha o tamanho próximo ao original; era preenchido com algodão e depois se colocavam nele olhos de resina, processo que se completava com o implante de dentes de animais e um enfeite de penas que fazia da cabeça um belo troféu que permanecia por um longo período inseparável do seu possuidor. É interessante notar que não se registram cabeças de não-índios tomadas como troféus pelos guerreiros Mundurucu, apesar dos incontáveis ataques e mortes infligidas aos colonos luso-brasileiros que habitavam as paragens por eles percorridas (MURPHY, 1954, p. 54).

As guerras intertribais beneficiavam também os portugueses, que viam com bons olhos o enfraquecimento da resistência indígena ao seu domínio, favorecendo – através de uma espécie de escravidão dissimulada - uma utilização cada vez maior da mão-de-obra indígena nas vilas dos colonizadores.

Darcy Ribeiro também destaca a aliança guerreira entre os Mundurucu e as forças governamentais ao observar que “Devido à grande combatividade desses índios, eles foram recrutados pelos brancos para fazer face a tribos hostis. Com isso os Mundurucu conseguiram manter, por um longo período, certa integridade e autonomia tribal e o poder político dos seus chefes alcançado pelo relevante papel que exerciam na guerra. Assim, os padrões guerreiros passaram a ser desempenhados tanto pelas antigas motivações tribais, como por razões mercenárias” (Ribeiro, 1979, p. 40).

Sataré-Mawé

Os Sataré-Mawê referem-se ao seu lugar de origem como sendo o Noçoquém, lugar da morada de seus heróis míticos. Eles localizam-no na margem esquerda do Tapajós, numa região de floresta

densa e pedregosa, "lá onde as pedras falam".

Os Sataré-Mawê tiveram seu primeiro contato com os brancos na época de atuação da Companhia de Jesus, quando os jesuítas fundaram a Missão de Tupinambaranas, em 1669. A presença dos Sataré-Mawê na Amazônia vem se configurando através de uma história de contato com a sociedade que ultrapassa trezentos anos.

Segundo Lorenz (1992, p. 16), "o primeiro contato do grupo com os brancos se deu em 1669, com jesuítas portugueses" – na época de atuação da Companhia de Jesus, quando foi fundada a Missão de Tupinambaranas.

Pereira (2003) nos informa que, na ilha de Tupinambarana (onde está localizada a cidade de Parintins, no interior do Estado do Amazonas), assim chamada porque nela haviam se refugiado os Tupinambá (principalmente na ilha Maracá).

Essa pluralidade de contato com outros grupos indígenas é constatada em outro trecho do trabalho de Pereira (2003, p. 17, grifo do autor): "nos pareceu que esse povo merecia ser estudado não apenas isoladamente, mas nas suas relações seculares, pacíficas ou hostis, com os seus vizinhos, tais os Mundurucus, Parintintins e os Muras".

A extensão dos perigos e perdas vivenciadas pelos Sataré-Mawê pode ser apreendida através das considerações de Lorenz (1992, p. 16):

A partir daí [do contato com os brancos], e mesmo antes deste evento, devido às guerras com os Munduruku e Parintintim, o território ancestral dos Sateré-Mawé foi sensivelmente reduzido. Em 1835 eclodiu a Cabanagem na Amazônia, principal insurreição nativista do Brasil. Os Munduruku e Mawé (dos rios Tapajós e Madeira), os Mura (do rio Madeira), bem como grupos indígenas do rio Negro aderiram aos cabanos que se renderam em 1839. Epidemias e atroz perseguição aos grupos indígenas que com eles combatiam, devastaram enormes áreas da Amazônia, deslocando esses grupos dos seus territórios tradicionais ou reduzindo-os.

Em 1692, após terem matado alguns homens brancos, o governo declarou uma guerra justa (legal) contra eles, parcialmente evitada pelos índios, uma vez que estes foram avisados e se espalharam, sendo que somente alguns ofereceram resistência.

A partir do contato com os brancos, e mesmo antes disso, devido às guerras com os Mundurucu e Parintintins, o território ancestral dos Sataré-Mawê foi sensivelmente reduzido. Em 1835 eclodiu a Cabanagem na Amazônia, principal insurreição nativista do Brasil. Os Mundurucu e Mawê (dos rios Tapajós e Madeira) e os Mura (do rio Madeira), bem como grupos indígenas do rio Negro, aderiram aos cabanos e só se renderam em 1839.

Metodologia

Faz-se necessário uma análise sobre os documentos históricos de textos escritos sobre as tribos que habitavam a ilha de Parintins e guerreavam entre si, como os Muras, os Parintintins, Sateré e Mundurucus.

No primeiro momento, será desenvolvida uma pesquisa bibliográfica acerca dos documentos e registros históricos desses acontecimentos sobre as guerras tribais na ilha de Parintins das tribos envolvidas.

Levantamento de material bibliográfico para um estudo do tipo descritivo, realizado através de livros, que segundo Lakatos (2006) é caracterizado por abranger toda bibliografia publicada em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisas, monografias, teses e meios de comunicações visuais e auditivas. A finalidade é proporcionar ao pesquisador o contato direto com todos os métodos de divulgação sobre o determinado assunto.

Como concorda Gil (2002), uma pesquisa bibliográfica é definida como um estudo que toma partida de material já elaborado, constituído por vários livros de literatura corrente, livros de referência informativa e remissiva, como dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques e catálogos; publicações, como jornais e revistas; e impressos diversos.

Depois de levantar todo material necessário de pesquisa, a segunda parte da metodologia é viajar até a ilha de Parintins para entrevistar os indígenas das seguintes etnias: Muras, Mundurucu, Sateré e Parintintins, tendo em vista que muitos dessas etnias ainda habitam na ilha, ou vão sempre fazer comércio nela.

Outro caminho que podemos seguir é realizar a entrevista de História Oral com os indígenas onde é preciso seguir um “caminho” (método). Registrar os depoimentos em fitas ou equipamentos digitais, imagem e som, é também registrar as experiências vividas pelos sujeitos sociais que contribui para a compreensão do passado recente.

História Oral é o registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento da trajetória do grupo social ao qual pertence. Segundo Meihy (1996). A História Oral é um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos problemas e pressupostos teóricos explícitos” (MEIHY, 1996, p. 56-7).

Nesse momento a pesquisa segue em andamento sendo municiada com referencial bibliográfico da história cultural como forma de embasamento para sustentação da dissertação do trabalho.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ACUÑA, Cristóbal. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. “Observação ou notas ilustrativas dos primeiros capítulos da parte segunda do thesouro descoberto no Rio Amazonas”. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, v. 5, pp. 275-311, 1885.

BATES, Henry Walter. **O naturalista no Rio Amazonas**. São Paulo, 1944.

BENCHIMOL, Samuel. **Introdução aos autos de devassas dos índios Mura (1738)**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1985.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Os Bois-Bumbás de Parintins**. Rio de Janeiro: Funarte/ EDUA, 2002.

_____. “O boi é bom para pensar: estrutura e história nos bois-bumbás de Parintins”. In: **Somanlu**. Manaus: UFAM, v. 1, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasília**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Araweté: Os Deuses Canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores/Anpocs, 1986.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 2º ed. São Paulo, Pioneira, 1970.

GIL, Antônio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

HARRIS, Marvin. **Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAKATOS, Eva M.; Marconi, Marina de A. **Ciência e conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º ed. São Paulo: Atlas; 2006.

SILVEIRA, Diego Omar; BIANCHEZZI, Clarice; TENÓRIO, Adriano Magalhães; REIS, Marcos Vinícius Freitas (org.). *Anais do I Simpósio Norte da ABHR e IX Semana de História do CESP/UEA: Amazônia no plural: religiões, fronteiras e identidades*. Juiz de Fora: ABHR/ Plura, 2017.

LORENZ, Sônia da Silva. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MEIHY, José Carlos Sebe B.. **Manual de História Oral**. 2º ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Boi Bumbá** – história, análise fundamental e juízo crítico. Manaus: Edição do autor, 2004.

NIMUENDAJÚ, Curt. “Os Índios Parintintin do Rio Madeira”. In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 16, 1925. pp. 201- 278.

OLIVEIRA, Clóvis Fernando Palmeira (org.). **A existência e a resistência da cultura Sateré-Mawé**. Manaus: SEDUC-AM: Universidade Federal do Amazonas, 2008.

PEQUENO, Eliane da Silva Souza. “Mura guardiães do caminho fluvial”. In: **Revista de Estudos e Pesquisas**. Brasília: FUNAI, v. 3, n. 1/2, pp. 133-155, jul./dez. 2006

PEREIRA, Nunes. **Os índios Maués**. 2º ed. Manaus: Valer e Governo do Estado do Amazonas, 2003.

PINTO, Renan Freitas. **A Sociologia de Florestan Fernandes**. Manaus: EDUA, 2008.

PINKER, Stven. **Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

RODRIGUES, João Barbosa. **Exploração e estudos do Vale do Amazonas: Rio Tapajós, Rio de Janeiro**: Typographia Nacional, 1875.

_____. “Tribo dos Mundurucus”. In: **Revista da Exposição Anthropologica Brasileira**. Rio de Janeiro, 1882.

SANTOS, Francisco Jorge dos. “Os Munduruku”. In: **Boletim Informativo do Museu Amazônico**. Manaus, vol. 5, n. 8, 1995, pp. 5-23.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins: Memórias dos acontecimentos Históricos**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SPIX, J. B.; MARTIUS, K. F. von. **Viagem pelo Brasil**, 1938, vol. 3.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Autos da devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins, 1738-1739**. Manaus: CEDEAM, 1986. 169 p. (fac-símile e transcrições paleográficas).